

Carlos Tomé: “O pior é a precariedade do exercício da função, o que leva a que o jornalista tenha que lutar pela sua sobrevivência económica”

Estava em Angola há um ano e a perspectiva que havia era de mudar de zona ao fim de 14 meses, o que era frequente lá. Normalmente, quem estava em zonas de maior perigo e desgaste físico e mental rodava para um sítio mais calmo. E eu contava isso. Entretanto, recebi uma notícia da minha namorada de que o pai, que estava emigrado, tinha voltado e ia levar a família toda para o Canadá. Comecei a perceber que quando voltasse da tropa teria que ir ao Canadá e eu não queria isso, queria era casar imediatamente quando voltasse do Ultramar. Então, escrevi ao meu pai a dizer-lhe que pedisse a minha namorada em casamento, que eu iria de férias e a levaria comigo para Angola, porque iríamos para um local muito calmo, sem tiros e sem nada demais, e numa cidade onde até poderia arranjar uma casa para morarmos. Pintei tudo o mais cor-de-rosa que pude, mas saiu-me tudo ao contrário. O pai da minha namorada aceitou aquilo tudo muito a contragosto, porque disse que os filhos não tinham ido para a tropa e não queria que fosse uma filha a ir para a tropa, e ainda por cima para a guerra. Foi uma luta muito difícil que o meu pai lá conseguiu vencer.

Vim de férias, casamo-nos, eu com 22 anos e a minha mulher com 17. Voltei para Luanda com a minha mulher e a verdade é que a minha companhia estava ainda no mató. Eu não tinha como resolver o problema e levei-a comigo para o mató. Ela foi durante quase quatro meses a única mulher no quartel. Foi muito bem tratada, como uma princesa. Apenas lhe exigiam que cozinhasse, de vez em quando, um pitéu qualquer, porque pensavam que ela cozinhasse muito bem. Na altura, não era bem o caso! O outro inconveniente era que sempre que vinha alguma alta patente tínhamos de a esconder, pelo que lá ia ela para uma fazenda a 30 quilómetros do quartel enquanto as visitas estavam lá. Foi uma experiência verdadeiramente louca. Hoje não a faria, de maneira nenhuma, mas que ela adorou e ainda recorda com ternura, lá isso... Ela deu tiros e tudo! Para entrete-la, o pessoal organizava uma carreira de tiro, colocavam latas utilizadas e davam-lhe uma pistola para acertar nas latas. E foi até uma vez conosco à caça. Acabou por ser proibida de ir, porque na caça não se pode falar e nesse dia ela disse “ai, coitadinho do veado” e ele fugiu. Nunca mais a deixaram ir! (risos)

Quando regressam para Ponta Delgada?

Regressámos em 1975, pelo que passamos lá o 25 de Abril. Digo, sem ponta de dúvida, que passei mais situações de perigo e de medo em Luanda do que no mató. Logo a seguir ao 25 de Abril começaram a acontecer em Luanda revoltas e motins e a população portuguesa ficou muito ameaçada. Eu sei, porque vi, que os movimentos de libertação queriam a independência imediatamente e queriam-na quase no dia 26 de Abril. Como havia três movimentos a situação complicou-se bastante.

Houve batalhões que estavam no mató, dos mais experientes, que foram desviados para garantir a segurança da população portuguesa residente em Luanda. Foi assim que em 24 horas o meu batalhão foi deslocado do mató para Luanda. Foi um trabalho muito difícil, porque trabalhava 24 horas sim e outras 24 não, em contínua patrulha da cidade; houve muitos tiros, mortes e confusão. Arranjámos um apartamento na cidade e durante 24 horas a minha mulher ficava entregue a si própria.



“Temos jornais a mais para uma terra tão pequena...”

Foi assim entre julho e 31 de Dezembro. Ela voltou e eu ainda tive que ficar lá. No final de Janeiro de 1975 já estávamos de novo juntos, cá.

Como surgiu o Sindicato dos Jornalistas?

O sindicato surgiu com o 25 de Abril, porque aqui ninguém era sindicalizado nem se tinha sequer carteira de jornalista. Assim sendo, com a necessidade de disciplinar algumas profissões que estavam um pouco sem controlo e sem regras administrativas —uma dela o jornalismo— o Sindicato dos Jornalistas enviou algumas pessoas cá ver como estava tudo organizado por cá. Nesta altura eu sindicalizei-me, como outros o fizeram, situação que gerou uma certa tensão no Diário dos Açores, porque se entendia que este facto significaria um aumento brutal do meu vencimento, o que não era o caso.

Andei com esses homens por aí, a visitar redacções, e convidaram-me para ser delegado sindical e para tentar montar aqui uma estrutura do sindicato, o que fiz. Pouco tempo depois fui convidado para integrar a Direcção do Sindicato. Praticamente só constava do papel, porque ir a reuniões do sindicato em Lisboa era muito pouco prático.

Montámos uma estrutura, mas aqui as pessoas não são muito empenhadas neste tipo de coisas; o açoriano, nessas coisas, é um pouco comodista. Por isso, a delegação do Sindicato de Jornalistas de cá nunca foi a lado nenhum. O melhor

que fizemos foi organizar o primeiro Congresso de Jornalistas Açorianos. Fui delegado sindical durante quase dez anos, coordenei a primeira greve na televisão, mas depois comecei a perder o entusiasmo, porque muitas vezes olhava para o lado e não via ninguém! Este é um meio pequeno e torna-se tudo muito difícil congregar vontades.

Na sua opinião, aqui os jornalistas precisam de uma maior protecção?

Não me parece que aqui os jornalistas estejam sob ameaça de nenhum tipo, à excepção de uma que diz respeito à própria condição em que exercem a profissão. Não me parece que o poder político seja de interferir e mandar; evidentemente que há casos mas são insignificantes.

Acho que o pior é a precariedade do exercício da função, o que leva a que o jornalista tenha que lutar pela sua sobrevivência económica. As retribuições são, de facto, más. Além disso, o meio é pequeno, estão a formar-se jornalistas todos os anos e não há capacidade de absorção por parte do mercado de trabalho.

Isto apesar de considerar que temos jornais a mais para uma terra tão pequena. O resultado é viverem todos com muitas dificuldades.

Como foi depois entrar na assessoria de imprensa?

Eu estava na televisão e gostava muito do que fazia. Encontrava-me no topo da carreira,

era chefe de departamento de informação. Entretanto, aconteceram coisas na RTP que vieram alterar um pouco o paradigma. Veio um director instruído pelo Conselho de Administração para promover a junção da televisão e da rádio. Eu era, e ainda sou, contra esta junção, porque se o que existe já provoca um certo afunilamento da visão jornalística sobre os acontecimentos na região, juntar duas redacções importantíssimas, como as da televisão e da rádio, seria contribuir decisivamente para que cada vez menos vozes se ouvissem na comunicação social nos Açores. Eu disse que era contra, mas claro que não podia fazer nada sozinho. A decisão estava tomada e eu decidi sair da televisão, para não ser, digamos, cúmplice da situação.

Alguns dias depois disso, recebi uma chamada do Presidente do Governo Regional, Carlos César, que na altura também ia precisar de um assessor. Ele fez-me o convite para ser o seu assessor de imprensa e eu aceitei!

Foi uma experiência muito interessante, enriquecedora, mas muito cansativa. Um assessor tem que estar atento a tudo e pensar em termos pró-activos, o que exige muito de um profissional, física e mentalmente. Viajava-se também muito para todas as ilhas e para as comunidades pelo mundo fora. E eu já estava à beira dos sessenta anos...

Estive cinco anos com Carlos César, que entretanto acabou os seus mandatos. Pensei que era nesta altura que ia para a reforma, mas depois recebi outro telefonema de Sérgio Ávila, a perguntar se queria trabalhar com ele, e fui. A única condição era fazer só uma legislatura, porque queria mesmo ir para a reforma. Trabalhámos quatro anos, o que foi também um desafio aliciente, porque tive que aprender uma série de coisas sobre Finanças que desconhecia em absoluto.

Para mim, Sérgio Ávila e Carlos César são pessoas brilhantes, do melhor que a Região tem, e às vezes custa-me vê-los alvo de críticas injustas, infundamentadas e até baixas. Hoje vêem-se coisas inaceitáveis escritas sobre governantes que tenho a certeza que são pessoas de bem. Há aqui uma visão distorcida do que é a crítica à acção governativa, porque não tem que ser destrutiva do ponto de vista pessoal. Eu não acredito que todo o Governo seja mau, desonesto, corrupto e outras acusações que vejo fazerem a governantes desta região. Isso é inaceitável e fruto de um tempo em que as pessoas não medem o que dizem, um tempo de uma certa impunidade.

Que significado teve para si o Prémio Açores?

Na televisão, uma das gratas recordações que tenho foi a de ter tido a felicidade de conhecer a história do Rio Grande do Sul e dos casais açorianos que foram daqui para lá em 1748. Isto enriqueceu-me enquanto açoriano, porque onde me sinto mais açoriano é no Rio Grande do Sul, não menosprezando, claro, a minha terra. É ali que eu vejo que este povo açoriano é muito maior do que as nove ilhas que habita.

Com a reportagem que fiz sobre este tema ganhei o Prémio Açores e, fruto da ligação que mantenho com o Rio Grande do Sul, fui agraciado com o título de cidadão honorário de Porto Alegre e entregaram-me a medalha da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Tenho muito orgulho nessas duas distinções!